



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006052-70.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Marcio Lopes Bandoni**
Requerido: **CLARO S/A - CLARO MÓVEL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que se utiliza de serviços de telefonia e internet prestados pela ré.

Alegou ainda que desde dezembro de 2016 ajustou com a ré a alteração do seu plano, aderindo a um novo, denominado "claro max 7 gb" o qual tem o valor mensal do pacote de R\$199,99 e o valor de R\$24,00 para cada linha dependente, além de ter lhe sido entregue dois chips isento de cobranças os quais destinavam-se ao acesso a internet.

Todavia, alegou que quando recebeu a primeira fatura os valores foram cobrados de forma diversa, sendo que o pacote de serviços foi cobrado o valor de R\$313,55, e R\$42,99 para cada dependente, além do valor de R\$19,99 pelo chips de acesso à internet.

Requer portanto a condenação da ré em ajustar os valores cobrados conforme o contratado, bem como a restituição dos valores que pagou a maior, o cancelamento do número (16) 99164-8135 e o cancelamento da multa de fidelização.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade das condutas que lhe foram imputadas.

Limitou-se em contestação a asseverar genericamente que não houve falha a seu cargo, mas não refutou específica e concretamente, como seria imprescindível, nenhuma das alegações contidas a fl. 02/09, limitando-se a asseverar que os valores cobrados a maior foram a respeito de excedentes praticados pelo autor.

Nesse contexto, nada trouxe para permitir a ideia de que as cobranças a maior se referiram aos excedentes utilizados pelo autor, e o porque não deveriam seguir os termos do contrato de fl. 10.

Conquanto reunisse plenas condições técnicas para tanto sequer se pronunciou sobre o assunto, de sorte que os pagamentos realizados a maior não se justificavam.

Outrossim, não comprovou que tinha respaldo para a cobrança dos chips adicionais, nem sequer discorreu sobre o cancelamento do número (16) 99164-9135, requerido pelo autor no pedido inicial.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao reconhecimento de que a ré deverá reparar os danos materiais causados ao autor na forma por ele postulada.

Não vinga porém o pedido de cancelamento da multa de fidelização, tendo em vista a contrapartida oferecida pela ré para compra de novo

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

aparelho.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré (1) ao cumprimento de obrigação de não fazer consistente em ajustar a cobrança do plano de telefonia do autor para o valor de R\$199,99 referente ao pacote de serviços e o valor de R\$24,00 para cada dependente, ressaltando a cobrança de valores excedentes eventualmente utilizados pelo autor; (2) isenção dos dois chips de acesso a internet; (3) a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.167,24, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, bem como eventuais valores pagos a maior após a propositura da ação e até a regularização definitiva do plano; (4) declarar por sentença a rescisão definitiva da linha número (16) 99164-8135.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação imposta no item 1 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 09 de outubro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA